CLIPPING INTERNET

20/05/2022 ATÉ 20/05/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 DESEMBARGADOR
1.1 BLOG DO JURACI FILHO..... 1
1.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 2
1.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 3
1.4 BLOG JOEL JACINTO..... 4
1.5 BLOG JOHN CUTRIM..... 5
1.6 BLOG JORGE ARAGÃO..... 6
1.7 BLOG LUÍS CARDOSO..... 7
1.8 BLOG REPÓRTER TEMPO..... 8
1.9 PORTAL DO MUNIM..... 9
1.10 SITE IMIRANTE.COM..... 10
1.11 SITE O MARANHENSE..... 11 12 13 14
2 INSTITUCIONAL
2.1 BLOG CELSO ALMEIDA..... 15
2.2 BLOG GILBERTO LEDA..... 16
2.3 BLOG MARCO DEÇA..... 17
2.4 BLOG O INFORMANTE..... 18
2.5 SITE O MARANHENSE..... 19
3 PRESIDÊNCIA
3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 20
3.2 SITE O MARANHENSE..... 21

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
20/05/2022 - BLOG CELSO ALMEIDA
POSITIVA
Juiz maranhense renunciou a meio milhão em penduricalhos

Juiz maranhense renunciou a meio milhão em penduricalhos

Desde que decidiu abrir mão dos privilégios legalmente garantidos aos magistrados maranhenses, o juiz Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar (MA), já deixou de receber R$ 503.417,77 dos cofres públicos.

A economia de mais de meio milhão de reais que um único magistrado poderia ter recebido em um período de cinco anos é a soma de valores referentes a licença-prêmio, pagamento por férias não gozadas, auxílio moradia, auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio livro e abono por acervo, uma série de privilégios a que a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros não tem direito.

Em novembro de 2017, Roberto de Paula oficializou a primeira renúncia: abdicou dos auxílios concedidos à magistratura maranhense relativos a moradia, saúde, alimentação e livro, argumentando que, por norma constitucional o magistrado deve ser remunerado exclusivamente por subsídio em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória; e que esse subsídio é fixado ou alterado por lei de iniciativa da presidência do Supremo Tribunal Federal. Assim, desde então ele deixou de receber R$ 271.518,72.

Ainda incomodado com as regalias, em março de 2019 o juiz também renunciou ao direito a licença-prêmio, embasado na mesma norma constitucional de que o magistrado deve ser remunerado somente pelo subsídio mensal.

Naquele ano, a verba complementar teria rendido ao juiz R$ 50.533,74.

Além disso, se em vez de gozar os 60 dias de férias a que tem direito o magistrado optasse por “vender” parte desse período, o que também lhes é assegurado desde 2018, ele já teria embolsado mais R$ 149.729,60.

Em vez de aproveitar mais um privilégio, em janeiro deste ano Roberto de Paula renunciou a 30 dos seus 60 dias de férias, assim como ao percentual excedente do terço constitucional.

Por último, já no final de janeiro deste ano, o juiz renunciou à verba de acumulação de acervo processual, garantida aos magistrados maranhenses a título de gratificação pelo exercício cumulativo de jurisdição, o que somente em 2022 já teria rendido ao juiz mais R$ 16.812,48 em sua conta bancária.

Paralelamente, ele fez a devolução de R$ 14.823,23 referentes aos auxílios que já havia recebido.

Transformada em valor monetário, com base em dados do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a decisão do juiz de abrir mão de tantas vantagens legalmente instituídas já gerou uma economia de mais de meio milhão de reais ao Poder Judiciário maranhense.

Em um país de tantas desigualdades, em que milhares de famílias sobrevivem com o salário mínimo e há milhões de pessoas passando fome, é um exemplo de que os recursos públicos podem – e devem – ser gastos de

forma mais justa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/05/2022 - BLOG DO JURACI FILHO
POSITIVA
Novo comando do TRE/MA terá primeiro desafio nas eleições 2022

Novo comando do TRE/MA terá primeiro desafio nas eleições 2022

Em sessão solene realizada na tarde desta quinta, 19 de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. "Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo", confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

A desembargadora Ângela Salazar já comandará em outubro o processo de eleições 2022 no Maranhão.

Nova presidente e novo corregedor assumem durante sessão solene

Em sessão solene realizada na tarde desta quinta, 19 de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. “Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo”, confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

Ao iniciar seu discurso já empossada como presidente, a desembargadora Angela Salazar avisou que não pretendia discursar, mas apenas manifestar gratidão e reconhecimento neste dia memorável em sua vida.

Continuou dizendo que a humanidade enfrenta a mais profunda revolução social, a mais criativa reestruturação de todos os tempos e a crescente multiplicidade das relações jurídicas e sociais repercutem na percepção que os cidadãos e as cidadãs têm do aparelho estatal e, desse modo, nas expectativas e novas exigências em relação a ele.

Que neste contexto de mudanças vê o Judiciário como um dos poderes apto a resgatar a cidadania de um povo, efetivar os direitos e dar garantias, exercendo assim, o seu papel político na sociedade contemporânea.

“Temos vivenciado um período desafiador, com disseminações do falseamento da verdade e das fakes news com impacto na vida econômica, social e política dos cidadãos, cidadãs e das instituições. A Justiça Eleitoral sendo atacada de forma constante sobre a confiabilidade da urna eletrônica, e o Estado Democrático de Direito sob perigo. Descabe, portanto, apoiar esses desvios de condutas”, defendeu.

Já quase finalizando, afirmou ter certeza que, com a colaboração das servidoras, dos servidores, das magistradas, dos magistrados, do Ministério Público Eleitoral, da Polícia Federal, das candidatas, dos candidatos e dos partidos políticos, serão encontradas soluções para enfrentar e combater, com firmeza, sabedoria, serenidade, e de forma eficaz, estes fenômenos que ameaçam a Democracia.

“O nosso compromisso, no ano em que se comemora o nonagésimo aniversário da Justiça Eleitoral, é assegurar que os resultados das eleições de 2022 correspondam à vontade legítima e soberana da eleitora e do eleitor maranhense. Fazer uma gestão colaborativa e dialogada não só com aqueles que integram a Justiça Eleitoral, mas, também, com os partidos políticos, candidatas e candidatos. Por fim, elevar a Justiça Eleitoral maranhense

ao topo da Justiça Eleitoral brasileira", concluiu.

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que assumiu como membro efetivo da Corte na vaga aberta com o fim do biênio do desembargador Joaquim Figueiredo, começou explicando que "o desafio de assumir a justiça eleitoral não o envaidece, mas enche de força, de perseverança e de vontade de fazer o melhor. "Não sou um ator político, não tenho preferências partidárias, sou um ator institucional, e é com essa envergadura e roupagem que quero dar a minha contribuição".

Ainda no seu discurso falou da importância da urna eletrônica, que acabou com a fraude nas eleições do Brasil e, portanto, precisam ser enaltecidas, porque desde que foram implantadas são a garantia do respeito a vontade do eleitor.

Elencou os procedimentos que são adotados para segurança dos resultados das eleições e descartou qualquer possibilidade do TSE fraudar as eleições após a apuração dos votos. "É engodo, mentira, quando se diz que após as apurações o TSE frauda as eleições em uma sala secreta, mas os resultados saem às 17h e todos os fiscais, todo eleitor e toda a imprensa tem acesso aos resultados, basta somar em casa. Por esses motivos que nós temos que tentar afastar com toda a veemência essas falácias que tentam fazer o povo acreditar".

Assegurou que irá ser parceiro dos demais Membros da Corte na construção das melhores decisões. "É nesse sentido, com os olhos fincados na nossa constituição que eu quero trabalhar com a construção de uma sociedade melhor. Nós vamos errar muito aqui, não somos um exército de querubins, não trazemos nas costas uma mochila carregada de verdades, as verdades serão construídas aqui com a nossa força de vontade e retidão".

Referindo-se à desembargadora Angela Salazar, disse que ela poderia contar com ele, pois será fiel escudeiro, ajudando naquilo que for possível. Ao desembargador Joaquim Figueiredo, agradeceu por tudo, pedindo que Deus o proteja.

"Quero dizer a vocês que aceitei o desafio de assumir o Tribunal Eleitoral porque tenho convicção de que posso fazer um bom trabalho e não vou decepcioná-los", finalizou o corregedor empossado.

Descerramento de fotos nas Galerias

Após as posses, o desembargador Joaquim Figueiredo e a desembargadora Angela Salazar descerraram suas fotos nas galerias de presidente e corregedor.

Cumprimentos

Os cumprimentos aos empossados ocorreram no hall de entrada do prédio-sede do Regional, após a solenidade de posse. Antes, ambos concederam entrevista coletiva à imprensa, relatando suas expectativas ao assumirem os cargos de presidente e de vice-presidente / corregedor.

Culto de Ação de Graças

Na quarta, 18 de maio, o pastor Fabiano Ribeiro, da Assembleia de Deus Esperança, comandou culto de Ação de Graças pela posse de Angela Salazar na presidência. Do ato participaram várias autoridades do Judiciário e do Executivo, além de advogados, familiares e amigos da empossada, servidoras e servidores do Tribunal.

TJMA dialoga com classe empresarial na Associação Comercial

O painel “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios” reuniu, nessa quarta-feira (18), autoridades do meio jurídico e a classe empresarial, na sede da Associação Comercial do Maranhão (ACM), no Palácio do Comércio (Centro), para um fórum de discussão sobre “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios”.

O evento foi organizado pela Vice-Presidência para Assuntos Jurídicos da entidade, em parceria com a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) e a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (Caama).

Participaram como palestrantes o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten; o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; Jean Cioffi (Mestre Internacional em Direito de Contratos, Especialista em Arbitragem Internacional e Direito Tributário); Hugo Moreira Sauaia (Doutor em Direito e Mestre em Direito Constitucional) e Ulisses Sousa (vice-presidente da ACM para Assuntos Tributários).

Durante a sua explanação, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, abordou sobre a importância da segurança jurídica e seus impactos no ambiente de negócios. “Precisamos promover a segurança jurídica, gerar estabilidade, permitir que as pessoas tenham segurança para fazer investimentos e produzir riqueza no Estado Constitucional. Afinal, não há solução fora da lei e da constituição”, pontuou.

Paulo Velten também ressaltou que a democracia e o aperfeiçoamento das instituições, no país, são essenciais para a melhoria da segurança jurídica. “É fundamental continuarmos apostando na democracia, no aprimoramento das instituições do Estado brasileiro, para que essas instituições, de modo particular o Judiciário brasileiro, possam melhorar a segurança jurídica, em nosso país”, pontuou.

Ao parafrasear o economista e estudioso norte-americano, Douglass North, o desembargador Paulo Velten afirmou que só avançarão os Estados que construírem instituições sólidas, seguras e capazes de promover a segurança jurídica. Douglas North foi condecorado, em 1993, com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel.

O presidente do TJMA também ressaltou a mudança de postura do Poder Judiciário, em benefício da sociedade, com vistas à resolução dos conflitos por meio da conciliação. “Hoje, vivenciamos uma mudança de foco e de visão do Poder Judiciário maranhense, capaz de dialogar com as pessoas, resolver seus conflitos e mostrar que a conciliação é sempre o melhor caminho. A conciliação é um chamamento à maturidade das pessoas, das empresas, das instituições, na resolução dos conflitos, por meio do diálogo”, ressaltou.

Ao final do evento, Paulo Velten enfatizou a relevância do bom relacionamento e do diálogo permanente entre as instituições, com vistas ao aprimoramento das atividades e serviços prestados à sociedade, e parabenizou a Associação Comercial pela iniciativa.

FÓRUM DE DISCUSSÃO

De acordo com o presidente da ACM, Cristiano Fernandes, o intuito do painel “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios” foi promover um fórum de discussão para orientar empresários e empresárias, na condução dos negócios com eficiência e segurança jurídica.
“O desenvolvimento econômico das empresas, independentemente de segmento ou porte, é inviável sem segurança jurídica e, quanto maior for o conhecimento sobre o assunto, mais atitudes preventivas que favorecem a segurança jurídica empresarial poderão ser tomadas”, frisou.

O painel, que contou com um grande time de debatedores do meio jurídico, foi mediado por Ulisses Sousa, diretor da Associação Comercial do Maranhão (ACM). Para a entidade, um dos grandes entraves para a expansão de muitos negócios e atração de investimentos estrangeiros para o país ainda se dá por insegurança jurídica, pela falta de clareza sobre direitos e deveres, as constantes alterações nas legislações, os conflitos entre os poderes, fatos que comprometem a segurança jurídica das organizações.

“Que esta seja a primeira de muitas noites, onde teremos a oportunidade de dar vida a esse auditório da Associação Comercial, reunindo as classes jurídica, empresarial e acadêmica, para debatermos assuntos relevantes e pertinentes às instituições”, afirmou o presidente da ACM, Cristiano Fernandes.

Juiz maranhense renunciou a meio milhão em penduricalhos

Desde que decidiu abrir mão dos privilégios legalmente garantidos aos magistrados maranhenses, o juiz Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar (MA), já deixou de receber R$ 503.417,77 dos cofres públicos.

A economia de mais de meio milhão de reais que um único magistrado poderia ter recebido em um período de cinco anos é a soma de valores referentes a licença-prêmio, pagamento por férias não gozadas, auxílio moradia, auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio livro e abono por acervo, uma série de privilégios a que a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros não tem direito.

Em novembro de 2017, Roberto de Paula oficializou a primeira renúncia: abdicou dos auxílios concedidos à magistratura maranhense relativos a moradia, saúde, alimentação e livro, argumentando que, por norma constitucional o magistrado deve ser remunerado exclusivamente por subsídio em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória; e que esse subsídio é fixado ou alterado por lei de iniciativa da presidência do Supremo Tribunal Federal. Assim, desde então ele deixou de receber R$ 271.518,72.

Ainda incomodado com as regalias, em março de 2019 o juiz também renunciou ao direito a licença-prêmio, embasado na mesma norma constitucional de que o magistrado deve ser remunerado somente pelo subsídio mensal.

Naquele ano, a verba complementar teria rendido ao juiz R$ 50.533,74.

Além disso, se em vez de gozar os 60 dias de férias a que tem direito o magistrado optasse por “vender” parte desse período, o que também lhes é assegurado desde 2018, ele já teria embolsado mais R$ 149.729,60.

Em vez de aproveitar mais um privilégio, em janeiro deste ano Roberto de Paula renunciou a 30 dos seus 60 dias de férias, assim como ao percentual excedente do terço constitucional.

Por último, já no final de janeiro deste ano, o juiz renunciou à verba de acumulação de acervo processual, garantida aos magistrados maranhenses a título de gratificação pelo exercício cumulativo de jurisdição, o que somente em 2022 já teria rendido ao juiz mais R$ 16.812,48 em sua conta bancária.

Paralelamente, ele fez a devolução de R$ 14.823,23 referentes aos auxílios que já havia recebido.

Transformada em valor monetário, com base em dados do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a decisão do juiz de abrir mão de tantas vantagens legalmente instituídas já gerou uma economia de mais de meio milhão de reais ao Poder Judiciário maranhense.

Em um país de tantas desigualdades, em que milhares de famílias sobrevivem com o salário mínimo e há milhões de pessoas passando fome, é um exemplo de que os recursos públicos podem – e devem – ser gastos de

forma mais justa.

Angela Salazar toma posse como nova presidente do TRE/MA

Publicado em 20 de maio de 2022
Em sessão solene realizada na tarde desta quinta, 19 de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. “Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo”, confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

Ao iniciar seu discurso já empossada como presidente, a desembargadora Angela Salazar avisou que não pretendia discursar, mas apenas manifestar gratidão e reconhecimento neste dia memorável em sua vida.

À sua mãe, Maria da Conceição Moraes Salazar (presente na solenidade), e ao pai, Benedito Salazar (in memorian), agradeceu por terem-na ensinado a acreditar que só o conhecimento, a educação e a cultura são capazes de desenvolver as potencialidades do ser humano. “São eles o princípio de tudo o que está acontecendo aqui hoje”, assinalou.

Continuou dizendo que a humanidade enfrenta a mais profunda revolução social, a mais criativa reestruturação de todos os tempos e a crescente multiplicidade das relações jurídicas e sociais repercutem na percepção que os cidadãos e as cidadãs têm do aparelho estatal e, desse modo, nas expectativas e novas exigências em relação a ele.

Que neste contexto de mudanças vê o Judiciário como um dos poderes apto a resgatar a cidadania de um povo, efetivar os direitos e dar garantias, exercendo assim, o seu papel político na sociedade contemporânea.

“Temos vivenciado um período desafiador, com disseminações do falseamento da verdade e das fakes news com impacto na vida econômica, social e política dos cidadãos, cidadãs e das instituições. A Justiça Eleitoral sendo atacada de forma constante sobre a confiabilidade da urna eletrônica, e o Estado Democrático de Direito sob perigo. Descabe, portanto, apoiar esses desvios de condutas”, defendeu.

Já quase finalizando, afirmou ter certeza que, com a colaboração das servidoras, dos servidores, das magistradas, dos magistrados, do Ministério Público Eleitoral, da Polícia Federal, das candidatas, dos candidatos e dos partidos políticos, serão encontradas soluções para enfrentar e combater, com firmeza,

sabedoria, serenidade, e de forma eficaz, estes fenômenos que ameaçam a Democracia.

TRE/MA: Nova presidente e novo corregedor assumem durante sessão solene

Publicado em 20 de maio de 2022

Em sessão solene realizada na tarde desta quinta, 19 de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

Clique aqui para assistir à sessão solene de posse transmitida pelo canal TRE-MA do Youtube e clique aqui para ver fotos do evento.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. “Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo”, confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

Ao iniciar seu discurso já empossada como presidente, a desembargadora Angela Salazar avisou que não pretendia discursar, mas apenas manifestar gratidão e reconhecimento neste dia memorável em sua vida.

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que assumiu como membro efetivo da Corte na vaga aberta com o fim do biênio do desembargador Joaquim Figueiredo, começou explicando que “o desafio de assumir a justiça eleitoral não o envaidece, mas enche de força, de perseverança e de vontade de fazer o melhor. “Não sou um ator político, não tenho preferências partidárias, sou um ator institucional, e é com essa envergadura e roupagem que quero dar a minha contribuição”.

Ainda no seu discurso falou da importância da urna eletrônica, que acabou com a fraude nas eleições do Brasil e, portanto, precisam ser enaltecidas, porque desde que foram implantadas são a garantia do respeito a vontade do eleitor.

Elencou os procedimentos que são adotados para segurança dos resultados das eleições e descartou qualquer possibilidade do TSE fraudar as eleições após a apuração dos votos. “É engodo, mentira, quando se diz que após as apurações o TSE frauda as eleições em uma sala secreta, mas os resultados saem às 17h e todos os fiscais, todo eleitor e toda a imprensa tem acesso aos resultados, basta somar em casa. Por esses motivos que nós temos que tentar afastar com toda a veemência essas falácias que tentam fazer o povo acreditar”.

Descerramento de fotos nas Galerias

Após as posses, o desembargador Joaquim Figueiredo e a desembargadora Angela Salazar descerraram suas fotos nas galerias de presidente e corregedor.

Cumprimentos

Os cumprimentos aos empossados ocorreram no hall de entrada do prédio-sede do Regional, após a solenidade de posse. Antes, ambos concederam entrevista coletiva à imprensa, relatando suas expectativas ao assumirem os cargos de presidente e de vice-presidente / corregedor.

Culto de Ação de Graças

Na quarta, 18 de maio, o pastor Fabiano Ribeiro, da Assembleia de Deus Esperança, comandou culto de Ação de Graças pela posse de Angela Salazar na presidência. Do ato participaram várias autoridades do Judiciário e do Executivo, além de advogados, familiares e amigos da empossada, servidoras e servidores do Tribunal.

TRE-MA com novo comando para as eleições 2022

por Jorge Aragão
19 maio 2022

Em sessão solene realizada na tarde desta quinta, 19 de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. “Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo”, confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que assumiu como membro efetivo da Corte na vaga aberta com o fim do biênio do desembargador Joaquim Figueiredo, começou explicando que o desafio de assumir a justiça eleitoral não o envaidece, mas enche de força, de perseverança e de vontade de fazer o melhor. “Não sou um ator político, não tenho preferências partidárias, sou um ator institucional, e é com essa envergadura e roupagem que quero dar a minha contribuição”.

A jurista Anna Graziela Neiva, representando os membros da Corte, solicitou autorização à desembargadora para quebrar o protocolo da solenidade e fazer a saudação do púlpito e de pé, que é como reputa devido saudar e reverenciar a história de vida dos empossados.

Graziela se sentiu honrada por ser testemunha de mais uma página histórica da Justiça Eleitoral do Maranhão, mas também de ser porta-voz de uma época. “Se este braço forte do Judiciário – a Justiça Eleitoral brasileira – é um dos guardiões da democracia do país, estamos hoje diante de um acontecimento que sanciona a própria democracia. Estamos aqui também para saudar a Justiça, a Democracia e a Educação personificadas na sua trajetória de vida, desembargadora Angela”.

A jurista enalteceu o fato da desembargadora ser mulher e ascender à presidência num país com especificidades sociais em que a mulher é a maioria nas universidades brasileiras, sustentando mais da metade dos lares brasileiros, mas ocupando as menores estatísticas nos cargos, nos salários e em diferentes processos de ascensão social.

“E aqui – entre mulheres que lutam em jornadas dupla ou até tripla em suas famílias – quero reafirmar a minha

gratidão por viver esse momento proporcionado por uma história de superação, ousadia e perseverança. Senhores, é uma mulher, um exemplo de vida, uma inspiração que comandará os destinos da Justiça Eleitoral maranhense – não à toa, estabelecida no mesmo ano em que as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao voto. E se a condição feminina que alça o píncaro da instituição basilar do sufrágio universal, por si só, já é motivo para que enalteçamos a Justiça Eleitoral maranhense, consideremos ainda que esta mulher é uma mulher negra", pontuou.

Roberto Costa representa Assembleia na cerimônia de posse da nova presidente do TRE-MA

O deputado estadual Roberto Costa (MDB) representou a Assembleia Legislativa do Maranhão na sessão solene, realizada nesta quinta-feira (19), no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), que deu posse à desembargadora Angela Maria Moraes Salazar como presidente da Corte.

“Nós acreditamos na capacidade da desembargadora Angela Salazar de contribuir para o equilíbrio que o pleito precisa, de maneira que a eleição transcorra com tranquilidade e seja mantida a soberania do voto popular”, destacou Roberto Costa.

A nova presidente do TRE-MA falou sobre as expectativas de estar à frente do Tribunal, comandando, no estado, as eleições para escolha do presidente da República, de deputados estaduais, deputados federais, governador e senador.

“Sabemos que será uma eleição desafiadora. Aliás, todo pleito tem suas peculiaridades e seus desafios, mas seguiremos com a tranquilidade e a transparência da Justiça Eleitoral”, disse Angela Salazar.

Comando

A última mulher a assumir o cargo de presidente do TRE-MA foi a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, em 2011. Depois disso, nove gestões foram comandadas por presidentes homens.

Na solenidade, também foi dada posse ao desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que assume o cargo de vice-presidente e corregedor do TRE-MA. Ele ressaltou o trabalho à frente da Justiça Eleitoral para que as eleições tenham sucesso.

“A Justiça Eleitoral do Maranhão conta com um corpo técnico muito qualificado, que, somado à liderança da desembargadora Angela Salazar, fará com que as eleições ocorram com total lisura. Podem contar com a entrega total do trabalho da Corregedoria neste pleito”, ressaltou.

Durante a sessão solene, o vice-presidente José Luiz foi condecorado com a medalha do mérito eleitoral “Ministro Arthur Quadros Colares Moleira” por tornar-se membro da Corte Eleitoral maranhense.

Com a posse de Angela Salazar, deixa o cargo de presidente o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que atuou como membro efetivo em maio de 2020 e presidiu o Tribunal a partir de 1º de março de 2021.

Juiz maranhense renunciou a meio milhão em penduricalhos

Em um país de desigualdades, Carlos Roberto de Oliveira Paula renuncia a privilégios que a lei garante à magistratura, mas nega à maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros

Oliveira Paula tem dado exemplo no Poder Judiciário, mas, ao invés de ser seguido, acaba incomodando a quatrocentona magistratura maranhense

Desde que decidiu abrir mão dos privilégios legalmente garantidos aos magistrados maranhenses, o juiz Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar (MA), já deixou de receber R$ 503.417,77 dos cofres públicos.

A economia de mais de meio milhão de reais que um único magistrado poderia ter recebido em um período de cinco anos é a soma de valores referentes a licença-prêmio, pagamento por férias não gozadas, auxílio moradia, auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio livro e abono por acervo, uma série de privilégios a que a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros não tem direito.

Em novembro de 2017, Roberto de Paula oficializou a primeira renúncia: abdicou dos auxílios concedidos à magistratura maranhense relativos a moradia, saúde, alimentação e livro, argumentando que, por norma constitucional o magistrado deve ser remunerado exclusivamente por subsídio em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória; e que esse subsídio é fixado ou alterado por lei de iniciativa da presidência do Supremo Tribunal Federal. Assim, desde então ele deixou de receber R$ 271.518,72.

Ainda incomodado com as regalias, em março de 2019 o juiz também renunciou ao direito a licença-prêmio, embasado na mesma norma constitucional de que o magistrado deve ser remunerado somente pelo subsídio mensal.

Naquele ano, a verba complementar teria rendido ao juiz R$ 50.533,74.

Além disso, se em vez de gozar os 60 dias de férias a que tem direito o magistrado optasse por "vender" parte desse período, o que também lhes é assegurado desde 2018, ele já teria embolsado mais R$ 149.729,60.

Em vez de aproveitar mais um privilégio, em janeiro deste ano Roberto de Paula

renunciou a 30 dos seus 60 dias de férias, assim como ao percentual excedente do terço constitucional.

Por último, já no final de janeiro deste ano, o juiz renunciou à verba de acumulação de acervo processual, garantida aos magistrados maranhenses a título de gratificação pelo exercício cumulativo de jurisdição, o que somente em 2022 já teria rendido ao juiz mais R$ 16.812,48 em sua conta bancária.

Paralelamente, ele fez a devolução de R$ 14.823,23 referentes aos auxílios que já havia recebido.

Transformada em valor monetário, com base em dados do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a decisão do juiz de abrir mão de tantas vantagens legalmente instituídas já gerou uma economia de mais de meio milhão de reais ao Poder Judiciário maranhense.

Em um país de tantas desigualdades, em que milhares de famílias sobrevivem com o salário mínimo e há milhões de pessoas passando fome, é um exemplo de que os recursos públicos podem - e devem - ser gastos de forma mais justa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
20/05/2022 - BLOG O INFORMANTE
POSITIVA
Desembargador da Justiça Eleitoral de São Paulo visita o TJMA

Desembargador da Justiça Eleitoral de São Paulo visita o TJMA

Por: O Informante
Data de publicação: 20/05/2022 - 16:57

Silmar Fernandes com Paulo Velten, Ricardo Duailibe, José Luiz Almeida, e Ronaldo Maciel

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu a visita institucional do vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, desembargador Silmar Fernandes. Silmar foi recebido pelos desembargadores Paulo Velten (presidente), Ricardo Duailibe (1º vice-presidente), José Luiz Almeida (vice-presidente e corregedor do TRE-MA) e Ronaldo Maciel –
O desembargador Silmar Fernandes veio a São Luís para a solenidade de posse da desembargadora Angela Salazar (no cargo de presidente do TRE-MA) e do desembargador José Luiz Almeida (nos cargos de vice-presidente e corregedor da Justiça eleitoral maranhense).

Na ocasião, ele convidou o desembargador José Luiz Almeida para o próximo encontro de corregedores, que será realizado em Maceió (AL), na primeira semana de agosto. Na oportunidade, Silmar Fernandes recebeu livros sobre a história da Corte Bicentenária.

Ricardo Duailibe acompanhou o desembargador do TJSP, Silmar Fernandes, durante visita às dependências do prédio-sede do TJMA, a terceira Corte mais antiga do país.

TRE-MA com novo comando para as eleições 2022

POR PORTAL DO MUNIM · 20/05/2022

Desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida.

MARANHÃO – Em sessão solene realizada na tarde de quinta, (19) de maio, a desembargadora Angela Salazar e o desembargador José Luis Almeida tomaram posse nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. A solenidade, que ocorreu no plenário Ernani Santos da sede do órgão, foi prestigiada por autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, de representantes de classe, servidoras e servidores, familiares, amigos e pela imprensa.

De acordo com o Regimento Interno do Regional, a presidência deve ser exercida por um(a) dos(as) desembargadores(as) eleitos(as) pelo Tribunal de Justiça para ter assento como membro efetivo, cabendo ao(à) outro(a) o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor(a). No caso de Angela Salazar e José Luiz, eles foram aclamados para os cargos, uma vez que o segundo declinou de concorrer.

A desembargadora Angela Salazar, quem a si própria define como mulher e negra, está assumindo um espaço de poder normalmente ocupado por homens. A magistrada assume após 9 gestões seguidas por desembargadores do sexo masculino. “Sempre foi um sonho estar no TRE, exercer este cargo”, confessou durante coletiva de imprensa concedida antes da sessão solene de posse.

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que assumiu como membro efetivo da Corte na vaga aberta com o fim do biênio do desembargador Joaquim Figueiredo, começou explicando que o desafio de assumir a justiça eleitoral não o envaidece, mas enche de força, de perseverança e de vontade de fazer o melhor. “Não sou um ator político, não tenho preferências partidárias, sou um ator institucional, e é com essa envergadura e roupagem que quero dar a minha contribuição”.

A jurista Anna Graziela Neiva, representando os membros da Corte, solicitou autorização à desembargadora para quebrar o protocolo da solenidade e fazer a saudação do púlpito e de pé, que é como reputa devido saudar e reverenciar a história de vida dos empossados.

Graziela se sentiu honrada por ser testemunha de mais uma página histórica da Justiça Eleitoral do Maranhão, mas também de ser porta-voz de uma época. “Se este braço forte do Judiciário – a Justiça Eleitoral brasileira – é um dos guardiões da democracia do país, estamos hoje diante de um acontecimento que sanciona a própria democracia. Estamos aqui também para saudar a Justiça, a Democracia e a Educação personificadas na sua trajetória de vida, desembargadora Angela”.

A jurista enalteceu o fato da desembargadora ser mulher e ascender à presidência num país com especificidades sociais em que a mulher é a maioria nas universidades brasileiras, sustentando mais da metade dos lares brasileiros, mas ocupando as menores estatísticas nos cargos, nos salários e em diferentes processos de ascensão social.

“E aqui – entre mulheres que lutam em jornadas dupla ou até tripla em suas famílias – quero reafirmar a minha gratidão por viver esse momento proporcionado por uma história de superação, ousadia e perseverança. Senhores, é uma mulher, um exemplo de vida, uma inspiração que comandará os destinos da Justiça Eleitoral maranhense – não à toa, estabelecida no mesmo ano em que as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao voto. E se a condição feminina que alça o píncaro da instituição basilar do sufrágio universal, por si só, já é motivo para que enalteçamos a Justiça Eleitoral maranhense, consideremos ainda que esta mulher é uma mulher negra”, pontuou.

(JORGE ARAGÃO)

'OAB responderá sem problema algum', diz Kaio Saraiva sobre ofício de mulheres para quinto constitucional

Presidente da OAB-MA foi o entrevistado desta quinta-feira (19) do Abrindo o Verbo
Rádio Mirante AM

19/05/2022 às 22h05 - Atualizada em 20/05/2022 às 01h09
Kaio Saraiva, presidente da OAB-MA
Kaio Saraiva, presidente da OAB-MA (Rodrigo Bomfim/Mirante AM)
Durante entrevista realizada na tarde desta quinta-feira (19) no programa Abrindo o Verbo, da Rádio Mirante AM, o presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Kaio Saraiva, falou sobre a disputa de vagas para desembargador por quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

“A escolha do quinto constitucional passa muito pelo critério técnico e a própria Constituição estabelece que será uma lista sextúpla enviada pela advocacia com advogados que tenham mais de dez anos de experiência profissional e com notável saber jurídico. Tenham certeza de que o entendimento da Ordem é o que deve ter sim uma participação democrática. Recebemos a notícia que a deputada Daniella havia solicitado à Mesa Diretora da Assembleia o envio de ofício para a OAB questionando quantas mulheres já haviam participado e sido indicadas nas relações do quinto constitucional. Assim que esse ofício chegar, a OAB responderá, sem problema algum, até porque é uma pauta positiva, nossa, da Ordem e da Comissão da Mulher Advogada”, afirmou.

Ouça a entrevista completa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/05/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos despede-se da Corte

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos despede-se da Corte

20 de maio de 2022 omaranhense

Nesta quinta, 19 de maio, encerrou o biênio do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, instituição onde durante estes 2 anos o magistrado atuou como corregedor (19/05/20 a 28/02/21) e presidente (01/03/21 a 19/05/22).

Durante suas gestões como corregedor e presidente, o desembargador Joaquim Figueiredo tratou de priorizar as medidas de prevenção e combate à covid-19 sem que isso interferisse na prestação dos serviços por parte da Justiça Eleitoral maranhense, dando condições para a manutenção do trabalho remoto e o retorno gradativo às atividades presenciais.

Outra característica forte de sua gestão, já como presidente, foi a promoção dos serviços online ao eleitor disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e o empenho no confronto às notícias falsas, que demonstraram ser elementos dignos de preocupação desde as eleições de 2018.

Destacam-se também a restruturação das unidades da Secretaria e atualização do Regimento Interno; a inauguração de obras de revitalização e modernização dos fóruns eleitorais de Lago da Pedra, Pedreiras e Vargem Grande; recursos financeiros para a conclusão de reformas no Fórum Eleitoral de São Luís; a promoção de vários seminários e eventos relativos às Eleições 2022; recebimento de quase 8 mil novas urnas eletrônicas modelo 2020; o retorno das sessões presenciais; a distribuição de equipamentos, como notebooks, celulares e cadeiras de rodas para todas as zonas eleitorais; a repatriação de servidores e ingresso de novos; além de várias ações alusivas aos 90 anos da Justiça Eleitoral.

Em mensagem de despedida gravada em vídeo e veiculada durante sua sessão de despedida, ocorrida durante a solene de posse da nova mesa diretora, o desembargador Joaquim Figueiredo agradeceu aos membros da Corte, ao diretor-geral Luann Matos, aos secretários e às servidoras e servidores “que não mediram esforços para que pudesse ter uma gestão exitosa, que não considerou sua, mas de todos. Por fim, o magistrado disse esperar que Deus continue a abençoar todos e que as eleições deste ano sejam tranquilas, sem problemas”.

Na presidência do TRE-MA, sucedendo Joaquim Figueiredo, assume a desembargadora Angela Salazar, que ficará no cargo até 1º de março de 2023, quando também encerra seu biênio na Corte Eleitoral.

Já na vaga de membro efetivo de Joaquim Figueiredo assumiu o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que foi aclamado vice-presidente / corregedor.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/05/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente da AML reúne-se com representantes do governo estadual

Presidente da AML reúne-se com representantes do governo estadual

O presidente da Academia Maranhense de Letras (AML), Lourival Serejo, reuniu-se, na manhã desta sexta-feira, 20, com o secretário chefe da Casa Civil do Governo do Maranhão, Sebastião Madeira. Na pauta do encontro, assuntos de interesse das duas instituições, como a conclusão do processo de desapropriação, pelo Estado, de imóvel pertencente à Academia na rua da Palma, no Centro de São Luís.

Outro assunto que entrou em pauta na reunião, realizada no Palácio dos Leões, foi a retomada dos programas de reedição de livros, parceria entre a AML e o governo do Maranhão que já vem acontecendo há três anos.

Sebastião Madeira disse que o governo tem todo o interesse em continuar mantendo parcerias produtivas com a AML, no fomento à produção literária e a eventos culturais em diferentes regiões do Estado. “A Academia, associada a instituições como o governo, tem a missão primordial de ser uma guardiã permanente dos nossos valores literários e de abrir caminhos para a formação de novos leitores”, frisou Lourival Serejo.

Participaram também da reunião o secretário-geral da AML, Félix Alberto Lima, e a secretária estadual de Educação, professora Leuzinete Pereira.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/05/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Prefeito Eduardo Braide participa da posse da nova mesa diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão (TRE-MA)

Prefeito Eduardo Braide participa da posse da nova mesa diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão (TRE-MA)

O prefeito Eduardo Braide participou da cerimônia de posse da nova mesa diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão (TRE-MA). A solenidade aconteceu nesta quinta-feira (19) na sede do órgão, na Avenida Senador Vitorino Freire, bairro Areinha. Participaram da solenidade, autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas municipal, estadual, federal, autoridades militares e eclesiásticas.

A desembargadora Angela Maria Moraes Salazar e o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida tomaram posse como presidente e corregedor do TRE-MA, respectivamente, durante sessão solene realizada no plenário Ernani Santos da sede do tribunal.

“Em 2022, a Justiça Eleitoral completou 90 anos de atuação no Brasil. E desde então seu trabalho tem sido fundamental para garantir importantes avanços para a democracia brasileira. Sua atuação é essencial para dar legitimidade a todo o processo eleitoral, assegurando os fundamentos constitucionais da soberania popular e da cidadania. A posse da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar e do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida vem para fortalecer e dar continuidade ao importante papel que o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão tem para os cidadãos do nosso estado”, destacou o prefeito Eduardo Braide.

A nova mesa diretora do TRE-MA comandará, no estado, as eleições majoritárias em que haverá escolha de deputado federal, deputado estadual, senador, governador e presidente da República, em outubro deste ano.

A cerimônia teve início com a apresentação do Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, foi exibido um vídeo institucional em que o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos fez um balanço de sua gestão como presidente do TRE-MA. Ele também agradeceu aos membros da Corte, ao diretor-geral Luann Matos, aos secretários e às servidoras e servidores do Tribunal.

“No período em que presidimos este egrégio tribunal demos continuidade ao importante trabalho desta Corte para o estado e para a democracia. Eu, os magistrados e todo o corpo de servidores e servidoras não medimos esforços para que nossa gestão fosse êxito. Por fim, espero que Deus continue a abençoar todos e que as eleições deste ano sejam tranquilas, sem problemas”, disse.

Após a fala do desembargador, foi realizada a eleição da mesa diretora do TRE-MA. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de presidente e de vice e corregedor só podem ser ocupados por desembargadores. O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida manifestou não ter interesse de concorrer e a desembargadora Angela Salazar foi empossada nova presidente do tribunal, cargo que ocupará até 1º de março de 2023, quando também encerra seu biênio na Corte Eleitoral.

“Assumimos a presidência desta Corte tendo como uma das importantes missões as Eleições 2022. Asseguro que não vamos medir esforços cumprir este dever, mantendo a tradição deste tribunal de sempre zelar e garantir aos eleitores maranhenses que todo o processo ocorra com a transparência necessária e dentro de todos os trâmites que determinam a nossa Constituição”, disse a nova presidente do órgão.

A solenidade também marcou a despedida do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que tomou posse como membro efetivo do tribunal em 19 de maio de 2020 e presidiu a Corte a partir de 1º de março de 2021, tendo seu biênio encerrado na quinta-feira, 19 de maio.

Já na vaga de membro efetivo de Joaquim Figueiredo assumiu o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que foi aclamado vice-presidente e corregedor.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
20/05/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Desembargador da Justiça Eleitoral de São Paulo visita o TJMA

Desembargador da Justiça Eleitoral de São Paulo visita o TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – por meio dos desembargadores Paulo Velten (presidente), Ricardo Duailibe (1º vice-presidente), José Luiz Almeida (vice-presidente e corregedor do TRE-MA) e Ronaldo Maciel – receberam a visita institucional do vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, desembargador Silmar Fernandes.

O desembargador Silmar Fernandes veio a São Luís para a solenidade de posse da desembargadora Angela Salazar (no cargo de presidente do TRE-MA) e do desembargador José Luiz Almeida (nos cargos de vice-presidente e corregedor da Justiça eleitoral maranhense).

Durante a ocasião, o desembargador Silmar Fernandes convidou o desembargador José Luiz Almeida para o próximo encontro de corregedores, que será realizado em Maceió (AL), na primeira semana de agosto. Na oportunidade, Silmar Fernandes recebeu livros sobre a história da Corte Bicentenária.

O desembargador Ricardo Duailibe acompanhou o desembargador do TJSP, Silmar Fernandes, durante visita às dependências do prédio-sede do TJMA, a terceira Corte mais antiga do país.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
20/05/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA dialoga com classe empresarial na Associação Comercial

TJMA dialoga com classe empresarial na Associação Comercial

20 de maio de 2022 omaranhense

O painel “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios” reuniu, nessa quarta-feira (18), autoridades do meio jurídico e a classe empresarial, na sede da Associação Comercial do Maranhão (ACM), no Palácio do Comércio (Centro), para um fórum de discussão sobre “Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios”.

O evento foi organizado pela Vice-Presidência para Assuntos Jurídicos da entidade, em parceria com a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) e a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (Caama).

Participaram como palestrantes o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten; o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva; Jean Cioffi (Mestre Internacional em Direito de Contratos, Especialista em Arbitragem Internacional e Direito Tributário); Hugo Moreira Sauaia (Doutor em Direito e Mestre em Direito Constitucional) e Ulisses Sousa (vice-presidente da ACM para Assuntos Tributários).

Durante a sua explanação, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, abordou sobre a importância da segurança jurídica e seus impactos no ambiente de negócios. “Precisamos promover a segurança jurídica, gerar estabilidade, permitir que as pessoas tenham segurança para fazer investimentos e produzir riqueza no Estado Constitucional. Afinal, não há solução fora da lei e da constituição”, pontuou.

Paulo Velten também ressaltou que a democracia e o aperfeiçoamento das instituições, no país, são essenciais para a melhoria da segurança jurídica. “É fundamental continuarmos apostando na democracia, no aprimoramento das instituições do Estado brasileiro, para que essas instituições, de modo particular o Judiciário brasileiro, possam melhorar a segurança jurídica, em nosso país”, pontuou.

Ao parafrasear o economista e estudioso norte-americano, Douglass North, o desembargador Paulo Velten afirmou que só avançarão os Estados que construírem instituições sólidas, seguras e capazes de promover a segurança jurídica. Douglas North foi condecorado, em 1993, com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel.

O presidente do TJMA também ressaltou a mudança de postura do Poder Judiciário, em benefício da sociedade, com vistas à resolução dos conflitos por meio da conciliação. “Hoje, vivenciamos uma mudança de foco e de visão do Poder Judiciário maranhense, capaz de dialogar com as pessoas, resolver seus conflitos e mostrar que a conciliação é sempre o melhor caminho. A conciliação é um chamamento à maturidade das pessoas, das empresas, das instituições, na resolução dos conflitos, por meio do diálogo”, ressaltou.

Ao final do evento, Paulo Velten enfatizou a relevância do bom relacionamento e do diálogo permanente entre as instituições, com vistas ao aprimoramento das atividades e serviços prestados à sociedade, e parabenizou a Associação Comercial pela iniciativa.